

sários. Deixando a questão em aberto, Perroy apenas encerra esta parte inicial do “mundo carolíngio” retomando alguns enunciados de Cipolla (*Annales*, 1949) que se caracterizam por uma linha de moderação compatível com os seus intuítos.

Numa segunda parte do livro, é enfocada a sociedade carolíngia como uma correspondente da economia agrícola. É discutido também em que medida constituía-se a aristocracia numa força de aceleração das relações de dependência pessoal, assim como o crescimento e a concentração da fortuna fundiária. Sempre com base nos pressupostos econômicos, o A. desenvolve um capítulo sobre a vassalidade carolíngia, seus problemas de origem e sua situação de fato nos séculos IX-X, a questão do *beneficium* e por fim a união deste com a vassalidade, que, após 888, passa a se transformar no feudalismo propriamente dito. Após traçar as linhas estruturais gerais desta sociedade vassálida, Perroy dedica um capítulo especial à ligação entre clero e realza sempre com base, é certo, na perspectiva do domínio territorial. Completando o quadro social oligárquico carolíngio, aparecem “as classes inferiores”, onde as diferenças jurídicas nem sempre correspondiam às diferenciações num plano concreto. Como não poderia deixar de ser, um dos tópicos de discussão nesta parte é justamente aquele da escravidão ou servidão dos não-livres.

Como fecho ao “mundo carolíngio”, o A. coloca que as estruturas políticas e administrativas do Império apresentam menores dificuldades de abordagem que os demais pontos anteriormente tratados. Partindo do “Estado e do Palácio”; passando pelos “quadros locais e regionais” da administração, “o exército e as finanças” até chegar ao seu último capítulo “os meios de controle”, Perroy acaba por discutir o êxito ou não da política de Carlos Magno. Assim, ironicamente, caímos num problema individual, colocado pelo A. da seguinte maneira:

“O verdadeiro problema não é o de saber porque o Império carolíngio se desintegrou, mas por qual jogo de circunstâncias e de ações individuais pode ele se manter bem ou mal durante mais de um século. Trazia ele em si mesmo os germes de uma decrepitude mais rápida do que na realidade aconteceu” (pág. 269).

THEREZA ALINE PEREIRA DE QUEIROZ.

* * *

*

BADEL (P.Y). — *Introduction à la vie littéraire du Moyen Age*, Bordas, Col. Études, Paris, 1969, 242 páginas (21,5 x 13).

Com data de 1969, a editora Bordas inseriu em sua coleção *Études*, na Secção literária dirigida por Jean Céard, o excelente livro de Badel. No prefácio, o diretor da coleção explica que, como a coleção o exige, o livro se

propõe a ser exatamente uma introdução à vida literária da Idade Média, o que se comprova pela ampla bibliografia que precede cada capítulo e ocupa ainda algumas páginas antes do índice. Em seguida, o A. em duas frases de seu *avant-propos* sintetisa as bases de seu estudo:

“Quant à nous, nous ne croyons pas à la “naïveté” des oeuvres médiévales, qui ferait tout leur “charme”

e mais abaixo, na mesma página 6:

“Au Moyen Age, le poète n'existe que pour la collectivité qui le fait vivre”, e explica: “Il en partage les valeurs, les goûts et les préjugés. Il est solidaire d' une culture donnée et d'une histoire”.

São bases que ampliam o interesse da obra para outros que não apenas interessados na Idade Média do ponto de vista literário. O historiador também se interessará muito pela obra que passamos a descrever.

Feita esta proposta, tanto do diretor da coleção quanto do A., segue-se a lista das edições utilizadas, sendo que todas elas se recomendam, sendo a maioria publicações da S.A.T.F. (*Société des anciens textes français*) ou de C.F.M.A. (*Classiques français du Moyen Age*) ou então de T.L.F. (*Textes littéraires français*). O estudo propriamente se divide em cinco partes: 1. — O universo, a sociedade a mentalidade; 2. — Os modelos culturais; 3. — Literatura e sociedade; 4. — Fontes eruditas e folclóricas; 5. — Formas tradicionais e correntes novas.

Formada de oito capítulos, a primeira parte revela o macrocosmo e o microcosmo medievais valendo-se da pesquisa histórica dos cronistas, passando pelo exame do corpo social, das linhagens, da relação feudal e da própria linguagem feudal. Neste exame, encontramos, por exemplo, a seguinte observação:

“Tristan est déchiré entre sa passion pour Yseut et sa fidélité à Marc; en revanche Lancelot n'est pas le vassal d'Artu, c'est une amitié d'élection qui lui inspire ses scrupules”. (p. 24).

É também objeto de acurado exame a mentalidade jurídica, contra a qual Tomás de Inglaterra se revela temerário em seu *Tristan*. O Ciclo do Graal inspira todas as observações pertinentes à Igreja e sociedade: a Igreja e os leigos e a linguagem religiosa. Avidamente rica de simbolismos, a Idade Média os revelou a partir dos nomes e das coisas, dos Lapidários, dos Bestiários e de toda uma linguagem figurada. O A. relembra, por exemplo, o étimo de “cadaver” (*caro data vermibus*) e como licorne, para Philippe de Thaon, seria símbolo do Cristo, que os homens sacrificam sobre os joelhos de Maria. Uma distinção entre o alegorismo e o simbolismo encerra a primeira parte.

Os modelos culturais propostos na segunda parte passam em revista o estatuto e a formação do clérigo demonstrando que a atitude eclesiástica vai da condenação à colaboração com os leigos para promover uma moral profana autônoma. É uma posição intermediária. O clérigo representa um modelo cultural, um estilo de vida consciente de sua superioridade pelo sentimento de poderes próprios à natureza e à razão de sua ordem. A ordem de cavalaria é um ideal pouco compatível com a moral cristã, mas por outro lado, afirma o A., segundo os romancistas, sem ela, o mundo se encaminharia para a desordem, a desgraça e a morte. Roland fornece o parâmetro do exame da cavalaria, Galvam enfeixará as virtudes cortesias e Lancelot, as qualidades do "fine amor", merecendo maior destaque, a disciplina do desejo.

A Literatura e sociedade vistas na terceira parte se enriquecem pelo simples fato de, na maioria das vezes, a obra medieval que chegou até nós não ter apenas um autor. O A. lembra o problema das continuações. Mais tarde, falará também das versões. Aborda o recrutamento de imitadores que se aproximam de autores, o trabalho dos copistas, os retoques e as modificações, insistindo na importância do autor para reconhecer um espelho do mundo nesta literatura e ideologia. Somente assim esclarece o poder das sátiras reveladoras das tensões no seio das classes sociais.

O problema das fontes eruditas e folclóricas ocupa a quarta parte. Muito lúcida a explicação segundo a qual a Literatura Medieval se desenvolvia tendo os olhos resolutamente voltados para trás, para o passado. E demonstra-se que o autor não inova senão acreditando que restaurava, não progredia senão assimilando a herança do passado. De fato, nenhum autor medieval tinha a presunção de inventar uma verdade nova, afirma o A. e inventaria fontes sagradas e profanas, avalia o peso das autoridades e se detem sobre o que domina de receitas escolares que exemplifica com o uso dos meios de desenvolver uma idéia: a *etymologia*, a *annominatio*, a *interpretatio*, a *frequentatio*, o *oppositum* e a *descriptio*, dos quais encontra trechos representativos em variados romances. Uma retrospectiva do maravilhoso cristão, do científico e do bretão terminam a quarta parte.

A mais alentada das partes: Formas tradicionais e correntes novas examina a canção de gesta, a poesia lírica, a poesia didática, os lais, a evolução do romance, o conto, risos e sorrisos da Idade Média, o Teatro. Determinados aspectos formais estabelecem distinções entre as canções de gesta, cujos assuntos e temas, motivos e heróis épicos, por outro lado garantem o denominador comum épico. Também se revelam aspectos formais da poesia cortês, é feita a distinção entre as manifestações do lirismo popular e do lirismo cortês. A análise psicológica encontra vasto campo de pesquisa em textos medievais, conforme o demonstra o A. com base em obras como *Thèbes*, *Enéas*, *La Mort Artu*. O problema da evolução do romance parte da etimologia da palavra *romance*, enumera os primeiros romances e atinge a fase da prosificação. No exame do conto, encontramos as formas: *conto*, *dito*, *fábula*, *fabliau*, *exemplo* e *lai*. O cômico, por sua vez vai do jogo de

palavra à paródia e o Teatro é revelado através de suas modalidades: *milagre*, *mistério*, *farsa*, sendo as duas primeiras orientadas para o religiosos e a última não demonstrando outra pretensão a não ser o riso. Sem criar polêmica, no final desta quinta parte, o A. afirma:

“Si l’ on définit l’humanisme par la connaissance de l’Antiquité, on constate que le Moyen Age, loin de l’ignorer, a fait d’elle sa substance, sa chair” (p. 222).

E recorda que nos séculos XIV e XV se multiplicaram as traduções de obras latinas.

Em apêndice, antes da bibliografia e do índice, temos sob o título “As edições de textos medievais”, a descrição científica do caminho andado por uma obra medieval apontando critérios de estabelecimento das continuações e das versões do mesmo texto. A bibliografia muito esmeradamente levantada aponta obras importantes desde o problema da Língua, da História enumerando ainda instrumentos de trabalho, Histórias da Literatura, Antologias e Estudos críticos subdivididos por assuntos: Canções de Gesta, Lirismo, Romance, Conto, Poesia Didática. Extenso índice de autores e assuntos precede o do próprio livro.

Tão extensa matéria somente poderia ser tratada à maneira de introdução nos estreitos limites do volume da coleção Études. Em que pese a esquematização a que se viu obrigado o A., a obra além de indispensável ao estudioso da Literatura Medieval, chega a ser extremamente útil a outros aspectos da cultura medieval.

HEITOR MEGALE.

* * *

STEVENS (John). — *Medieval Romance. Themes and approaches*. Hutchinson University Library, London 1973, 255 páginas (21 x 13,5 cm.).

Publicado em 1973, *Medieval Romance*, de John Stevens, revela um tratamento amadurecido das narrativas medievais, tanto quanto pode garanti-lo a total flexibilidade no uso de citações e aplicações de exemplos retirados dos mais variados textos, muito embora o A. não tenha pretendido anotar ou avaliar todo o acervo remanescente.

Um esclarecimento muito oportuno é dado no capítulo II sobre a atitude do estudioso diante da ficção medieval, esclarecimento este que ilustra bem a orientação da obra. De fato, mais aceitável que a postura pragmática em relação ao nosso tempo, seria a orientada para a época da obra.

“As in all our dealings with the Middle Ages or, for that matter, with any period remot from our own — we find that the most important question to ask is not straightaway, *What is this worht to me?* but *What is this worth to them?*” (p. 29).